

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MAIS INICIATIVA E AUDÁCIA

NA PREPARAÇÃO DO 5 DE OUTUBRO E DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS

As forças democráticas têm diante de si tarefas prementes de cuja realização satisfatória dependerá a possibilidade de êxito na luta pelo derrubamento do fascismo e pela conquista das liberdades democráticas fundamentais.

Aproxima-se o 5 de Outubro uma data de grande significado nas lutas do nosso povo, contra a reacção — e com ele o ponto culminante das comemorações do Cinquentenário da República; terão lugar, em princípio, em 1961, as eleições para deputados à Assembleia Nacional — e, com elas, novas perspectivas de amplas batalhas políticas contra o regime salazarista.

As forças anti-salazaristas acumularam durante longos anos uma rica experiência de luta. Essa experiência indica que não é cedo para cuidar dos preparativos que a realização de tais jornadas implica. As lições do passado mostram que, nas condições do fascismo, é preciso prever e actuar com antecipação tanto no terreno político como no da organização e no da propaganda.

Na preparação de tão importantes acções, as forças democráticas devem dar mostras de espírito criador, de iniciativa e audácia. O carácter nacional das jornadas que se aproximam exige que se desenvolva uma acção imediata igualmente no plano nacional, exigindo que todos os democratas sinceramente decididos a aproveitar todas as possibilidades de luta contra o regime, qualquer que seja a região aonde vivam, dêem passos imediatos para unir, organizar e mobilizar, no plano nacional, regional e local, todas as forças interessadas numa mudança de regime e de política num sentido democrático.

A Unidade — tarefa inadiável

As forças democráticas só unidas poderão levar de vencida o regime salazarista. Como já o pro-

clamou o Partido Comunista, «a unidade é força e a divisão fraqueza».

Presentemente estão criadas todas as condições para a unidade das forças anti-salazaristas. O sentimento de unidade é tão forte nas massas populares que raros são os que ainda hoje permitem a discriminação entre as diversas forças de oposição a Salazar.

Importantes passos se deram já para a unidade de acção das forças democráticas e anti-salazaristas. Mas há ainda um considerável atraso entre o sentimento unitário das massas populares e a situação real no campo da unidade, há ainda reservas que constituem obstáculos a uma rápida aglutinação das forças oposicionistas.

No interesse do país e da libertação do nosso povo é imprescindível que desapareçam os ressentimentos do passado e se forge entre as forças anti-salazaristas um novo espírito de fraternidade de luta, de camaradagem de armas, sem o qual não é possível travar batalhas decisivas contra o regime.

O Partido Comunista fará tudo o que esteja ao seu alcance para chegar a um entendimento com as restantes forças anti-salazaristas, está incluído disposto a impedir que se criem nas suas fileiras obstáculos à unidade.

Mas, para fazer a unidade, é necessário um esforço recíproco de

todas as forças democráticas, um desejo sincero de todos, não apenas em palavras mas também em actos, para que se alcancem rapidamente posições vantajosas na luta contra o regime.

A organização é fundamental

As batalhas que nos esperam não são fáceis. Travá-las desorganizadas contra um inimigo que dispõe dum forte aparelho policial e armado seria condenar as forças anti-salazaristas a derrotas sucessivas.

Por isso, o problema da organização deve merecer especial atenção das forças oposicionistas. Não se trata de criar desde já uma indispensável organização unificada à escala nacional que é, todavia, indispensável, mas para a qual não estão atualmente maduras as condições. Uma tal organização colocar-se-á forçosamente no desenvolvimento da luta democrática. Da mesma forma que as grandes batalhas políticas se preparam através das mais variadas lutas e acções parciais, também uma organização nacional de unidade das forças anti-salazaristas se criará através dum esforço organizativo permanente que se desenvolva na realização das lutas e acções parciais mais variadas.

A luta pela amnistia e contra

(continua na 2.ª pág.)

HÁ 15 ANOS

ALEX CAIU VARADO PELAS BALAS

(NO MESMO DIA, E HÁ 18 ANOS, TOMBOU FERREIRA SOARES)

Destemido, desbordante de entusiasmo e abnegação revolucionária, símbolo do heroísmo popular na grande luta nacional anti-fascista, Alfredo Dinis «Alex», membro do Comité Central do P. C. P., tombou para sempre naquela manhã de 4 de Julho de 1945, sob as balas assassinas dos facinorosos da PIDE.

A sua jovem vida, da qual a classe operária e o seu país tanto tinham ainda a esperar, foi premeditada e friamente suprimida pelo bando José Gonçalves-Gouveia, sob as ordens criminosas do governo fascista de Salazar.

Alfredo Dinis era o tipo do dirigente operário inteiramente devotado à causa dos trabalhadores e do povo, modesto, mas com uma confiança ilimitada nas massas populares e nas suas próprias possibilidades.

Ligados ao nome de «Alex» estão algumas das mais brilhantes realizações e lutas dos trabalhadores portugueses e do Partido Comunista, que ele amava mais do que a própria vida.

Como um dos mais esforçados obreiros do seu Partido «Alex» deu o melhor das suas energias no desenvolvimento das organizações de Lisboa, do Ribatejo e da Margem Sul do Tejo e das importantes lutas populares que tiveram lugar nestas regiões no período de 1942 a 1945.

As grandes greves de Novembro de 1942, de Julho-Agosto de 1943, de 8 e 9 de Maio de 1944, assim como as potentes manifestações da vitória em 1945 estão estreitamente ligadas à sensibilidade política e ao trabalho tenaz de «Alex».

Ao recordar o seu assassinato, o «Avante!» lembra o nome dos seus assassinos para que o povo os não esqueça.

Evocar a memória de Alfredo Dinis é apontar o seu exemplo de firmeza, honradez e constância revolucionárias a todos os quadros do nosso Partido, é exaltar a sua abnegação e tenacidade em defesa do Partido, da classe operária e da Pátria.

Também há 18 anos, no mesmo dia 4 de Julho, o médico comunista Ferreira Soares foi ceifado com 14 balas de metralhadora pelos bandidos da PIDE. Recordemo-lo.

O COLONIALISMO ESTÁ A ARDER

OS ACONTECIMENTOS DO CONGO E A POLÍTICA COLONIALISTA DE SALAZAR

Salazar disse há tempos que «a África inteira arde». Os acontecimentos que se têm desenvolvido, no decorrer deste ano, em todo o Continente Africano, dizem-nos que não é a África que arde, mas sim o colonialismo odioso que está a arder — a arder irremediavelmente e para sempre, que dele nada mais restará, dentro em breve, do que cinzas.

Nos primeiros sete meses deste ano 6 antigas colónias africanas transformaram-se em Estados independentes: Togo, Congo Belga, Somália, Federação do Mali, Madagascar e Gabão. Dois terços do imenso Continente Africano estão já total ou parcialmente libertos da vergonhosa dominação colonialista. Entretanto, prossegue com redobradas energias a luta libertadora na Argélia, no Quênia, na África do Sul e nas colónias portuguesas.

Os acontecimentos do Congo e a posição do governo de Salazar

Os acontecimentos sangrentos

ocorridos na República do Congo mostram bem claramente como os colonialistas se agarram teimosamente às suas antigas posições e não duvidam recorrer a vis provocações e a agressão armada para tentarem impor aos povos libertados a velha ordem de coisas colonialista.

Depois de terem sido forçados pela luta dos povos a reconhecerem solenemente a independência do novo Estado africano do Congo, os imperialistas belgas não duvidaram em fomentar provocações contra as tropas africanas, em insultar o governo independente e, depois, em recorrer à agressão armada contra o valente povo congolês com o envio de tropas paraquedistas belgas. Não contentes com isto, os imperialistas belgas, servindo-se de traidores africanos a seu soldo, procuram provocar uma divisão no país, com uma pseudo-independência do Katanga, região particularmente rica em minérios e explorada por poderosas empresas americano-belgas.

Como sempre, desde que se trate

de defender posições colonialistas e reacçãoárias, os governantes salazaristas procuraram ajudar o melhor que puderam e souberam os imperialistas belgas na sua obra de provocações e ameaças contra o governo independente do Congo. Com o envio de tropas portuguesas para junto da fronteira da República do Congo, com insultos grosseiros ao chefe do governo congolês Lumumba e uma campanha de imprensa e da rádio desvirtuadora das realidades e absolutamente tendenciosa, os governantes salazaristas trataram de fazer causa comum com os colonialistas belgas e reacçãoários estrangeiros. Esta atitude do governo de Salazar torna cada vez mais odiosa a posição de Portugal perante os povos coloniais, perante toda a opinião pública internacional.

Se não for a solidariedade pronta dos países afro-asiáticos ligados pelo Tratado de Bandung com os povos da República do Congo e os energéticos e decisivos protestos do Governo Soviético junto das

(continua na 2.ª pág.)

HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA

Em homenagem a Catarina Eufémia, assassinada a tiro a 19 de Maio de 1954 pelo tenente Carrajola, da GNR, um rancho de 50 mulheres do Couço fizeram 2 minutos de silêncio, largando depois o trabalho. Também em Pias um rancho de 55 trabalhadores fizeram uma roda, tiraram o chapéu e fizeram um minuto de silêncio em homenagem a Catarina Eufémia. Depois disso, falaram do exemplo desta heroica lutadora. Muitos presentes choravam.

O COLONIALISMO A ARDER

SALÁRIOS DE FOME NO TOMÉ FETEIRA

(continuação da 1.ª pág.)
potências imperialistas, os imperialistas belgas, ajudados pelos americanos e fascistas portugueses, teriam esmagado a independência do novo Estado e feito correr rios de sangue. A intervenção da O. N. U., após a reunião do Conselho de Segurança, deve-se à enérgica posição dos delegados da URSS e da Polónia e teve como objectivo, por parte das potências imperialistas, evitar o envio, fora do seu controle, de tropas dos Estados independentes africanos e asiáticos para o Congo.

Os acontecimentos do Congo emocionaram profundamente as massas da população africana e a opinião pública mundial, vieram animar a luta dos povos da África, ainda dominados pelas potências imperialistas, para a conquista da independência nacional.

Nas colónias portuguesas a luta das populações escravizadas vai ganhando corpo de dia para dia, como o testemunham a existência de dois movimentos nacionalistas em Angola, um em Mocimbeque, dois na Guiné e outros dois em Cabo Verde. Na República do Congo encontram-se perto de um milhão de africanos fugidos de Angola que, neste momento, sentem nascer novas energias e novas esperanças de libertação da sua terra natal. Os movimentos patrióticos das colónias portuguesas são encabeçados e coordenados pela Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAN-IC).

A imprensa diária oculta ao nosso povo numerosos conflitos da população africana com as forças armadas e autoridades salazaristas e procura dar-nos um quadro idílico e profundamente falso do colonialismo português.

Para onde nos conduz Salazar?

A insensata e odiosa política colonial de Salazar está fora de todas as realidades e condenada de antemão a um fracasso total. Para servir os interesses gananciosos das grandes empresas roceiras em África — e os interesses particulares de alguns ministros a elas ligados! — Salazar recusa-se teimosa e obstinadamente a conceder a independência aos povos coloniais dominados por Portugal e a integrá-los no concerto das outras nações capitalistas que, devido à luta dos povos, concederam já a independência a várias das suas antigas colónias, como é o caso da Inglaterra, da França, da Holanda e da Bélgica.

Salazar recusa-se a ouvir a opinião pública mundial e a compre-

ender a nova era em que entramos. Ele só ouve e compreende os interesses sordidos das grandes empresas roceiras: duma C. U. F., por exemplo, cujo gerente na Guiné provocou o fuzilamento pelas tropas portuguesas de 50 portuários africanos em greve e de que um dos «homens-de-palha» e porta-voz — o Eng.º Daniel Barbosa — ainda há dias defendia, em gritaria histérica, posições de força nas colónias, em artigo de fundo publicado no «Diário de Notícias».

Para tentar dominar as populações africanas, o governo de Salazar continua a enviar forças militares e policiais para as colónias. Recentemente seguiram para a Guiné uma companhia de Caçadores 3 e, para Angola, seguiram várias companhias de Caçadores 3 e 5 e devem seguir dentro de dias o Batalhão de Paraquedistas, forças da Aviação e elementos militares dos serviços de comunicações. Oficiais do Exército, que agora seguiram, estiveram em missão de «especialização» na luta armada contra os povos africanos na Argélia e no Kênia.

Diz, com razão, o nosso povo que «*Quem semeia ventos, colhe tempestades*», os frutos amargos da política colonialista de Salazar far-se-ão sentir dolorosamente, e talvez dentro em breve, para todo o povo português. Isto, porque não há forças capazes de travarem a marcha dos povos africanos para a independência — e muito menos será a força do decrepito Estado Novo salazarista que o poderá conseguir!

Entretanto, centenas ou milhares de patriotas africanos agozim nos campos de concentração do Bié e da Baía dos Tigres, ou no sinistro Forte Roçadas. Matilhas, com cêntenas de agentes do PIDE, percorrem Angola e as outras colónias numa

luta de repressão feroz e tornam assim cada vez mais odiada a presença dos portugueses. Há poucas semanas, foram presos mais 50 patriotas em Angola, entre eles o Padre Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Diógenes. Agostinho Neto foi insultado e agredido quando lhe assaltaram a casa e o Padre Pinto de Andrade veio preso para Lisboa. Na Guiné foram presos mais 10 patriotas e de Timor vieram mais 12 presos para o Forte Roçadas. Dezenas de presos, europeus e africanos, que faziam parte do processo julgado há pouco em Luanda, foram condenados a penas de prisão, atingindo algumas 20 anos de prisão. Os agentes da PIDE assaltaram as casas dos africanos moradores no bairro dos Murceques, nos arredores de Luanda, e destruíram e queimaram numa grande fogueira todos os aparelhos de rádio que os moradores possuíam, para tentarem desta forma evitar que eles possam saber o que se passa nos outros territórios africanos e no mundo.

Lutemos todos contra a insensata política do governo de Salazar!

A classe operária portuguesa, como força de vanguarda na vida social portuguesa, como classe cujos interesses e futuro não estão ligados de forma alguma à opressão e dominação dos povos coloniais, tem de lutar por todas as formas contra esta criminoso política colonialista. Não podemos consentir por mais tempo que os nossos irmãos de classe, que os trabalhadores que têm a pele de outra cor e vivem em outros continentes, sejam barbaramente tratados, se sintam ferocemente explorados e oprimidos. Nós, que sabemos o que é a opressão e exploração dos capitalistas, devemos solidarizar-nos e nosso não à luta heróica desses povos pela sua independência e ajudá-los a conquistarem uma pátria livre e a conquistarem um futuro melhor. Este é um dever imperioso para a classe operária e para todos os trabalhadores portugueses, para todos os cidadãos conscientes.

A classe operária, todos os portugueses honrados, devem organizar desde já manifestações de protesto contra a agressão dos imperialistas belgas ao Congo e contra o envio de mais tropas portuguesas para as colónias (como fez há tempos a população de Beja), devem procurar conscientizar pessoas de todas as condições sociais sobre os perigos que ameaçam a paz mundial e o povo português e fazer-lhes compreender a justiça da luta dos povos coloniais pela sua independência. Esta é uma grande missão do proletariado português, em primeiro lugar, e de todos os portugueses honrados e patriotas, em seguida.

O Abraço de Mérida



— Tu seguras-me a mim, eu seguro-te a ti, ele seguro-nos aos dois...

EM TORRES NOVAS OS OPERÁRIOS LUTAM

Os operários de uma empresa metalúrgica de Torres Novas (Casa Nery), após meses de demarches e reclamações que culminaram com uma concentração massiva junto da gerência, conseguiram um aumento geral de salários de 4800 em média.

Este aumento que é o resultado da unidade e da luta dos operários da Casa Nery, representa já uma importante vitória mas não corresponde àquilo que os operários reclamavam e esperavam da empresa.

Por todos os lados a vida vai muito má para os trabalhadores, mas pior ainda para mais de 1.100 operários que trabalham na União Tomé Feteira, na Vieira de Leiria. Os salários que aqui se cobram eram pequenas quantias, são hoje grandes jactâncias e têm uma fortuna de muitas dezenas de milhares de contos e até mandaram a família para o estrangeiro. Como arremaram eles esta grande fortuna? Pagando aos seus operários salários de 22500, 24400 e 26800. Os salários de 22500, que aqui se cobram, de 22500 e é para os encarregados! Um operário temporário com 25 anos de casa ganha só 28500 e um operário cheio com 17 anos de casa ganha 26800. Se reclamamos mais salário, ameaçam-nos logo com o despedimento e com a polícia. Os operários que voltaram no Humveiro Delgado foram despedidos e mandados que eles saubermos, pois tem uma rede de bufo dentro da fábrica. Se nos queixamos ao nosso indulto, aqui na Vieira, não nos atendem, porque estão debaixo da mão dos patrões. Camaradas, se não nos unirmos, tal como fizeram os vidreiros da Marinha Grande, não conseguiremos vencer esta exploração e libertar-nos desta miséria.

AINDA SOBRE O 1.º DE MAIO

Continuando a relação do «Avante» com a nova notícia sobre as comemorações do 1.º de Maio em vários pontos do país.

Na concentração dos operários têxteis de GUIMARÃES no Sindicato, juntaram-se cerca de 300 operários e não 100 como haviam comunicado. Estes trabalhadores ocuparam o Sindicato e ali dirigiram duras críticas ao programa abandonado do ministro das Corporações.

Depois, aos gritos de «Tudo contra o governo!» abandonaram o Sindicato e seguiram-se ruas.

Também em GINES, apesar da chuva, 150 operários, pescadores e outros trabalhadores confluíram na praça e depois no campo.

MAIS INICIATIVA...

(continuação da 1.ª pág.)

a repressão, a luta contra o envio de tropas expedicionárias e a preparação de guerras coloniais, a luta por eleições honestas nos sindicatos nacionais, a luta por um recenseamento honesto e fiscalizado e outras, devem ser acompanhadas de formas de organização apropriadas, da formação de comissões democráticas de vários tipos que se transformem depois em organismos permanentes de unidade.

Organizar, organizar, — eis uma consigna fundamental do momento.

Elevemos a combatividade popular

Nas rudes batalhas que esperam as forças anti-salazaristas, é indispensável despertar e cultivar a abnegação e o heroísmo populares, tantas vezes evidenciados na nossa rica história nacional.

A luta contra um regime monstruoso, que não recua perante o arbítrio e o crime, exige um grande espírito de abnegação e de sacrifício, uma combatividade e coragem moral a toda a prova.

Aqueles que ao longo da ditadura fascista têm sabido enfrentar as perseguições mais atrozes, por vezes a prisão e as torturas, mantendo uma coragem e intransigente posição de luta contra o regime, quer sejam republicanos ou monárquicos, católicos ou socialistas, merecem a nossa admiração e respeito e devem ser apontados como exemplo de consequência política.

Fazer que tais exemplos se multipliquem, que cada vez um maior número de portugueses se disponham a enfrentar e travar as mais duras batalhas contra o inimigo fascista, é também um trabalho necessário que se impõe a todos os combatentes anti-salazaristas portugueses.

UMA GREVE DOS TIPÓGRAFOS DO «DIÁRIO DO MINHO»

BRAGA — O exemplo vem de cima e é verdade. A imoralidade do regime manifesta-se de várias formas e no caso presente nos elementos responsáveis da União Nacional de Braga, que têm a seu cargo a publicação de um pasquim gráfico, que empareceira com a «Voz» e o «Diário da Manhã» e que se intitula «Diário do Minho». Pois o «Diário do Minho», apesar da ajuda económica que recebe e que lhe vem das finanças do Estado, não pagava havia quase dois meses aos operários que ali trabalhavam, apesar destes, por várias vezes, terem reclamado o seu dinheiro. A estes justos pedidos respondiam com promessas. Até que os operários, cansados e desesperados, com tamanha desonestidade resolveram fazer greve. O jornal deixou de se imprimir. Perante o escândalo que esta firme atitude provocou em toda a cidade de Braga, os

corifeus do fascismo tentaram ainda um último esforço: pagar apenas uma parte do dinheiro que deviam; mas os operários recusaram um tal compromisso: ou lhe pagavam tudo ou eles continuavam em greve. E foi a unidade e a combatividade de que deram provas que levou estes dignos representantes do fascismo a pagar o que deviam.

A firme posição dos tipógrafos de Braga deve servir de exemplo para os outros trabalhadores, pois unidade e firmeza são condições indispensáveis da vitória.

LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

No Carilaxe, onde por tradição a jornada dos ganhadores era feita acrescentando 10 escudos à jornada dos ceifeiros, e como esta fosse este ano mais baixa, os ganhadores resolveram não trabalhar por menos de 60 escudos, acabando, por conquista, logo.

Em Sines, onde a luta pelo horário das 8 horas se mantém acesa, algumas acções vitoriosas têm sido levadas a cabo. Um rancho de mulheres que fazia a morda para o proprietário José da Eira, como este quisesse obrigá-las a trabalhar mais do que as 8 horas, abandonaram o trabalho ao fim deste período.

do. O proprietário teve de aceitar o horrível imposto pelas madeiras.

Em Ermidas, devido à acção dos trabalhadores contra as empreitadas, e depois de vários deles terem abandonado o trabalho nestas condições, foi conseguido acabar com esta forma de exploração.

Em Aviz, os «agregados» do agrário José Braga reclamaram e alcançaram o aumento das jornadas de 20 para 22 escudos.

Em Vale de Vargo, um rancho de ceifeiros por conta do agrário José Lopes reclamou 30500, rejeitando a jornada de 27500 que o agrário queria pagar-lhes. Depois de abandonarem o trabalho, a meio da semana, acabaram por conseguir a jornada pedida.

No Couço, um rancho de 30 mulheres que trabalhava nos arrozais da Herdade das Faiais reclamou a jornada de 32550, em vez de 27500 que o patrão queria pagar-lhes. Como este recusasse, foram-se embora. No dia seguinte foram chamadas pela junta que reclamaram. A GNR fez provocações contra os trabalhadores, ameaçando-os de prisão.

No ESCOURAL, um rancho de 50 mulheres que andavam nos arrozais, reclamaram e conseguiram o aumento das jornadas de 15 para 16 dias.

Em SARIHOS GRANDES, os trabalhadores agrícolas desta região recusaram-se a trabalhar a errancar cebolas pelos 4000 que os lavradores queriam dar e exigiram 70500 por dia. Como os lavradores recusassem, os trabalhadores foram para o Montijo, onde ganharam (cerca de 55500, 70500 e algo mais) em 25 dias. Os lavradores de Sarihos tiveram de meter mulheres praí apanhar a batata.

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS DO ALENTEJO E RIBATEJO — Os exemplos de lutas recentes que aqui apresentamos mostram-vos que é o caminho da luta única e organizada que poderá melhorar alguma coisa as vossas condições de vida. Melhores salários, horários de trabalho e melhores condições de vida só se podem conseguir com uma luta constante! E da vossa unidade e da vossa organização que dependem as vossas futuras vitórias.

CENTENAS DE OPERÁRIOS SEM TRABALHO TRÊS FÁBRICAS FECHARAM AS PORTAS EM OLHÃO

A crise da indústria conserveira atinge duramente os operários conserveiros de Olhão, que vivem momentos difíceis, e também alguns industriais. Depois de nos dois últimos meses terem encerrado 3 fábricas, outras 3 (Empresa Mercantil de Pesca, João da Costa e Gilberto Trábalco) abriram falência e fecharam também as suas portas. Espera-se que outras fábricas sigam o mesmo caminho. Com o encerramento dos últimos 3, ficam sem trabalho MAIS 60 OPERÁRIOS E 400 OPERÁRIAS, a quem os patrões não querem pagar os 150 dias da lei, mas apenas 30 dias.

Reina a maior miséria na classe conserveira de Olhão. Centenas de operários e operárias conserveiros têm-se concentrado no Sindicato reclamando trabalho e as indemnizações a que têm direito.

O governo apenas enviou, para acudir à desastrosa situação dos conserveiros de Olhão, 30 contos, enquanto chegam as provocações da comissão da P.D. O Governador Civil de Faro, em vez de acudir ao, ameaça enviar forças da G. N. R. contra os desempregados famintos.

Só a estreita união de todos os conserveiros de Olhão e de todo o Algarve poderá fazer frente à ofensiva do grande patronato e do governo contra as suas magras possibilidades de emprego. É necessária organização, comissões de desempregados vastos, pressão às autoridades, os patrões, o Sindicato, não afrouxar num só momento na luta pelo pão e pelo trabalho, exigindo para lá um subsídio de desemprego ou o subsídio que recebem durante o desemprego.

RECONQUISTAR AS LIBERDADES SINDICAIS

e actuação unida nos sindicatos

PASSOS DECISIVOS PARA A DEMOCRACIA

E PARA UMA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

Todos nós sabemos, através duma dura e longa experiência, que o governo fascista de Salazar nos roubou as liberdades sindicais, que em Portugal há 26 anos que não há Sindicatos Livres. Ao roubar à classe operária as liberdades sindicais e o direito à greve, o governo fascista não sómente arrancou das mãos dos trabalhadores portugueses a sua principal arma de defesa contra a exploração patronal e para uma melhoria das suas condições de vida, como vibrou um profundo golpe na sua unidade, na formação da sua consciência de classe e nas liberdades democráticas fundamentais dos cidadãos portugueses.

A luta do proletariado português pela reconquista das liberdades sindicais, pelo direito a poder organizar-se livremente e recorrer à greve para defesa dos seus interesses de classe, é também um passo decisivo para a democratização da vida nacional. A conquista da Democracia, a marcha para uma nova ordem social e para o Socialismo têm de se fazer através da reconquista das liberdades sindicais pela classe operária. O proletariado revolucionário português tem um papel de vanguarda a desempenhar na vida nacional, quer na reconquista dos seus direitos sindicais, quer na democratização da vida nacional, quer na construção duma nova sociedade. Entretanto, a classe operária não se pode alhear dos Sindicatos Nacionais, tem de procurar fazer deles instrumentos de luta na defesa dos seus interesses imediatos.

Que papel poderão desempenhar os Sindicatos na luta dos trabalhadores portugueses por um aumento geral dos salários e ordenamentos?

Todos nós sabemos que a maioria dos Sindicatos, para onde descontamos obrigatoriamente e que dispõem de dezenas de milhares de contos e de boas sedes, não têm vida sindical, estão na sua maioria completamente abandonados pela classe operária e pelos outros trabalhadores. Todos sabemos que certas assembleias gerais se fazem à porta fechada e só com a comparsa da direcção e de mais meia dúzia de sócios amigos ou conhecidos dos dirigentes, que tudo aprovam, até mesmo os roubos dos fundos sindicais.

Todos nós sabemos que há direcções de Sindicatos vendidas ao patronato ou que tomaram atitudes de completa submissão perante os dirigentes do I. N. T. e autoridades salazaristas, que não defendem os interesses dos trabalhadores sindicados e se consideram simples funcionários do I. N. T.

Todos nós sabemos que a maioria dos Contratos Colectivos foram elaborados e assinados sem participação ou conhecimento prévio dos trabalhadores, que eles estabelecem salários de fome, que em nada ou quase nada têm servido os interesses das classes trabalhadoras.

Tudo isto é verdade! Tudo isto é assim! Mas também é igualmente verdade que a longa experiência destes 25 anos de falta de liberdades sindicais ensinou muita coisa

à classe operária portuguesa. Ela aprendeu, através da sua própria experiência, que é possível fazer dos Sindicatos Nacionais instrumentos da sua defesa, que é possível fazer das suas direcções, direcções combativas, que é possível alcançar Contratos Colectivos favoráveis aos trabalhadores. Centenas e centenas de exemplos positivos, no decorrer destes 26 anos, provam-nos que, mesmo sem as liberdades sindicais, os trabalhadores portugueses podem e devem fazer dos seus Sindicatos forças capazes de servirem os seus interesses de classe, de lhes garantir melhores condições de vida.

Que é então preciso fazer? Que nos ensina a experiência?

Em primeiro lugar, é preciso virarmos a cara bem de frente para os Sindicatos e todos, homens e mulheres, irmos para os Sindicatos lutar! Sempre que os trabalhadores se unem e organizam concentrações de 100, 200, 500 e mais operários junto das sedes dos Sindicatos, as direcções — mesmo que sejam milufas — são forçadas pelo medo e pelo vontade dos trabalhadores a fazerem alguma coisa, a darem passos no sentido de evitarem novas concentrações e o «escândalo»... Os trabalhadores não se devem deixar ludir com falsas promessas a longo prazo, devem exigir a acção imediata das direcções e marcar logo datas para voltarem todos a saber da resposta. Este é um passo muito importante.

(continua na 5.ª pág.)

EM ALPIARÇA OS TRABALHADORES

Lutam contra a fome e a repressão

Quando das últimas cheias que causaram em Alpiarça grande crise no meio rural, com a falta de pão em muitos lares, os trabalhadores foram junto do Presidente da Câmara reclamar trabalho ou pão. Este deu trabalho apenas a meia dúzia quando os desempregados eram centenas. De novo, os trabalhadores se concentraram reclamando providências para todos, intervindo, então, o comandante do posto da G.N.R., Francisco Pires, com soldados armados, no sentido de intimidar os trabalhadores. As razões expostas por estes, respondeu o sargento Pires com ameaças, gritando: — «O que vocês querem é que eu mate um ou dois para resolver isto!»

Esta provocação do sargento Pires, o mesmo que há dez anos comandava a força da GNR que assassinou o jovem ALFREDO LIMA, causou a maior indignação e repulsa entre os trabalhadores e o povo de Alpiarça que dirigiram ao Governador Civil de Santarém uma exposição coberta por centenas de assinaturas reclamando providências contra as grosseiras provocações deste assassino do povo.

É IMPERIOSO SALVAR A VIDA DOS PATRIOTAS PRESOS! É IMPERIOSO LUTAR PELA AMNISTIA! 1.850 ASSINATURAS RECOLHIDAS NO COUÇO!

O problema da repressão fascista no nosso país assume uma tão grande gravidade que reclama uma pronta e vasta acção em defesa das vidas de centenas de prisioneiros anti-salazaristas. Todos os anos dezenas e dezenas de assalariados industriais e rurais passam pelas prisões da PIDE e da GNR. Todos os anos dezenas de democratas vêem as suas casas assaltadas e devastadas, a sua vida interrompida pela prisão e pelas represálias governamentais. A PIDE tem poderes discretórios e actua à solta de norte a sul do País. Os portugueses vivem na maior insegurança.

Nos cárceres salazaristas

Os que corajosamente se levantam para quebrar as grades das prisões e torturados. Homens, mulheres e jovens são arrancados do seio das suas famílias e condenados a longos anos de prisão.

Só em Peniche encontram-se agora 50 patriotas cujas penas ascendem a 200 anos! Nesta cadeia as condições prisionais que sempre foram desumanas agravaram-se ultimamente. Os presos são vexados a pretexto de tudo e de nada, as visitas em comum foram proibidas. No parlamento, além da parede de vidro que separava os presos das visitas, colocaram mais uma rede de malha fina até ao tecto. A entrada de certos jornais diários foi proibida e os que entram sofrem nova censura da cadeia, que corta certas notícias. Quer dizer, um preso não pode beijar um ente querido, não pode ler os jornais que se publicam no País.

Os fascistas roubam aos patriotas encarcerados aquele pouco de convívio humano que numa prisão se pode ter.

Em Peniche encontram-se destacadas famílias do povo que já há muito cumpriam a sua pena, como Manuel Rodrigues da Silva (terminou a pena em 1958) e Manuel Guedes (terminou a pena em 1959), membros do CC do Partido Comunista.

Em Coxias estão 12 mulheres, quase todas gravemente doentes, privadas de uma adequada e urgente assistência médica. Uma delas, Maria Angela Vidal, é a mulher que mais anos conta nas prisões fascistas. Há 7 anos presa e muito doente, Maria Angela, segundo a opinião dos próprios médicos indicados pela PIDE, não poderá tratar-se enquanto não for posta em liberdade, tal o esgotamento nervoso e o debilitamento geral da sua saúde.

Em vez de salvaguardar a vida dos presos, a PIDE toma medidas de excepção para a aniquilar.

Outros patriotas e destacados membros do Partido Comunista, como José Magro, Afonso Gregório, Sofia Ferreira, Carlos Abóim Inglês, Alida Nogueira, José Vitoriano, Joaquim Carreira, Carlos Brito, Aida Paulo, Rolando Verdial, Hermenegildo Ramos, Adalberto, Ivone Dias Lourenço, António Santo, Luísa Paulo, Maria da Piedade Gomes, Domingos Abrantes, Adelaide Abóim Inglês, Armando Jubileu, Rolim, como a

médica católica Maria Luísa da Costa Dias e ainda outros democratas e patriotas cumprem pesadas penas ou aguardam julgamento há longos meses e anos.

Nestes homens, mulheres e jovens, o fascismo condena o heroísmo, a lealdade e o amor da Pátria de que deram provas. Os criminosos condenam os que põem a honra acima da própria vida.

Julgamentos?

Serão de facto julgamentos o que se está a fazer nos tribunais plenários? De modo nenhum. São monstruosidades. Dos jornais dos últimos 5 meses tirámos estes números que foram: Condenados — 103, medidas de segurança — 123 anos, perda de direitos políticos por 725 anos, pena maior de 130 anos.

As sentenças são ditadas pela PIDE a juizes subservientes, que não autorizam que os réus se defendam (destaca-se o juiz Caldeira), que proíbem o impedimento dos próprios advogados do seu desempenho de sua missão. Legal e vergonhosamente tentam impedir o parlamento aos advogados para contactarem com os seus constituintes.

Legal e vergonhosamente expulsam os réus do tribunal, como sucedeu a Sofia Ferreira, António Santo, Joaquim Carreira e outros.

Legal e vergonhosamente realizam julgamentos sem que acusado e defensor pudessem assistir-se uma única vez, como sucedeu a Aida Paulo e Luísa Paulo.

Legal e vergonhosamente fazem os julgamentos quase às escondidas, em acanhadas salas que, ainda por cima, estavam com agentes da PIDE e da PSP à paragem. No julgamento dos oficiais presos que se realizou no Tribunal Militar de Santa Clara, a sala é simultaneamente ocupada por agentes da PIDE que provocam os presos, famílias e advogados.

Não são tribunais, são agências da PIDE.

É imperioso lutar pela amnistia

Esta situação intolerável de repressão não melhorará sem a intervenção activa do povo, antes continuará a agravar-se com o refinamento do fascismo. Salazar e a PIDE só não têm cometido mais crimes, porque, apesar de todas as mordaças, o nosso povo se tem erguido heroicamente em protestos e acções de várias ordens, e porque internacionalmente, correm mundo as atrocidades salazaristas e se de-

envolve um poderoso movimento de solidariedade e pró-amnistia aos presos e exilados políticos portugueses.

A amnistia a todos os presos e exilados políticos exige de todas as pessoas honradas, seja um simples gesto de apoio, seja a sua assinatura, seja a sua participação persistente na luta junto das autoridades.

O magnífico exemplo dado pela população do Couço (Aleentejo), que recolheu para um documento pró-amnistia cerca de 1.850 assinaturas, é uma prova clara das possibilidades que existem de mobilizar largas massas do povo contra a repressão fascista e pela Amnistia.

Não estamos só. A 1.ª Conferência Sul-Americana foi um êxito. Centenas e centenas de destacadas individualidades e pessoas simples de 14 países deram a sua adesão à Conferência. A 2.ª Conferência deverá realizar-se ainda este ano.

Em Paris, acaba de formar-se um Comité de Defesa das Liberdades Democráticas em Portugal, que se propõe editar um boletim regular, fazer conferências e entrevistas com o fim de denunciar o terror que reina em Portugal.

Para a libertação dos patriotas presos, para que cesse o terror tem

incalculável valor a solidariedade internacional, mas ela só não basta, o valor do nosso próprio esforço é que será o decisivo.

Daqui lançamos um novo apelo a todos os homens e mulheres honrados, a todos os jovens, para que formem comissões de amnistia actuais e dinâmicas, capazes de mobilizarem os mais amplos e diversos sectores numa verdadeira campanha de luta. Daqui apelamos mais uma vez para que se intensifique a campanha internacional pela Amnistia aos presos políticos portugueses.

Que as paredes das nossas cidades, vilas e aldeias se cubram de inscrições. Que milhares de cartas, exigindo uma rápida melhoria das condições prisionais, sejam dirigidas à Direcção Geral dos Serviços prisionais e aos Ministérios do Interior e da Justiça. Que milhares de petições, com milhares de assinaturas, cheguem à Assembleia Nacional, e outras entidades, reclamando a Amnistia para todos os presos e exilados políticos.

Leitor amigo! O pagamento do «Avante!» é essencial para a sua publicação regular!

A VINDA DO PRESIDENTE KUBITCHEK NÃO É UM ACTO AMISTOSO PARA COM O NOSSO POVO

Em qualquer altura, mas com motivos diversos, dos que agora trazem a Portugal o Presidente Kubitchek de Oliveira, a sua visita, como a de qualquer outro estadista da grande nação irmã seria saudada com entusiasmo e alegria por todo o nosso povo. Os laços que unem os dois povos irmãos do Brasil e Portugal são suficientemente profundos para que tais manifestações sejam possíveis e desejáveis.

O povo português não pode esquecer que foi devido à intervenção pessoal do Presidente Kubitchek que foi possível realizar a 1.ª Conferência dos países da América Latina para a Amnistia em Portugal e Espanha, que teve uma lar-

ga repercussão no nosso país e no mundo, e ainda que o governo brasileiro tem dado guarida aos portugueses que, por motivos políticos, buscam acolhimento no país irmão.

Entretanto, no presente momento, a vinda do Presidente Kubitchek a Portugal onde, identificado com os ditadores salazaristas fará as «honras da casa» na recepção às delegações estrangeiras que participam nas comemorações henriquinas, não é um acto amistoso para com o povo português. É antes uma ajuda política aos seus opressores fascistas. O Presidente Kubitchek não quis ouvir os apelos de numerosos representantes oposicionistas portugueses e de largos sectores da opinião pública brasileira, para que recusasse o convite do governo fascista para visitar Portugal.

O nosso povo desejaria ver apenas no Presidente Kubitchek o representante dum povo amigo e fraterno, o brasileiro que facilitou a grande jornada de S. Paulo contra a repressão fascista em Portugal. Mas o apoio indirecto que vem prestar aos inimigos da democracia portuguesa no poder não é de molde a favorecer um acolhimento entusiástico por parte do nosso povo.

Assim, a presença do povo português nas manifestações do Presidente da República do Brasil, outro significado não terá que o seu apoio à Conferência de S. Paulo e a exteriorização da sua fraternidade pelo povo da nação irmã.

Morreu Harry Pollit

No dia 27 de junho do ano corrente faleceu o camarada Harry Pollit, filho querido do povo inglês e destacado membro do movimento operário internacional.

Harry Pollit, que tinha 70 anos de idade, era Secretário Geral do Partido Comunista da Inglaterra desde Setembro de 1929 e consagrou o melhor da sua vida à defesa dos interesses da classe operária, à luta pela conquista do Socialismo e da Democracia, à defesa da Paz.

Ele precisou repetidamente os objectivos do seu partido, que eram também os seus objectivos supremos: «a conquista do poder pela classe operária, a abolição

do capitalismo, a introdução de uma nova ordem social. Da compreensão desta tarefa» — dizia ele — «resulta a nossa política actual e os nossos métodos, com a necessidade dum luta unida por melhores salários, pela paz, pela independência nacional e pelo caminho para o Socialismo».

O Partido Comunista Português inclina sentidamente as suas bandeiras ante a memória deste destacado lutador da classe operária inglesa e expressa ao Partido Comunista da Inglaterra a sua dor pela perda deste seu destacado dirigente e grande filho do povo inglês.

Sob os ordens do nazi Arnaldo Schuler, ministro do interior, começa em toda a pais uma desmancha e venhosa perseguição aos mendigos.

O governo de Salazar em vez de procurar limitar ou atenuar as causas que conduzem milhares e milhares de trabalhadores portugueses a pedir socorro da mendicância, da miséria mais atroz, escamoteia a realidade, foge a tratar das causas, não procura combater — a verdadeira miséria — mas tenta não crissar um subsídio para os desempregados, o seguro na Velhice e na invalidez — como têm feito tantos países civilizados — se realizasse uma política séria de fomento da indústria e da agricultura, se elevasse os salários das classes trabalhadoras, não se encontraria por toda a pais uma vergonhosa mancha de miséria que é constituída por toda uma legião de famintos, estafados, chagados, que de terra em terra mendigam o escasso e amargo pão de cada dia.

Os governantes salazaristas — e a imprensa diária e a rádio por eles comandada — procuram dar a impressão de que os pobres são mendigos profissionais que vivem bem, pagam o que escolheram aquele «rendoso» modo de vida por não quererem trabalhar. Especialmente os camponeses com certos casos isolados, os salazaristas procuram apresentar a degradação que chegaram milhares e milhares de portugueses a este nível de baixíssimo nível de vida da nossa população e a falta de assistência capaz às suas camadas mais pobres, como uma «atividade que é preciso reprimir duramente».

Os governantes procuram tornar cada vez mais atroz a vida das classes pobres.

LIBERDADES SINDICAIS...

(continuação de 3.ª pag.)

Em segundo lugar, é preciso escorregar das direcções dos Sindicatos todos os elementos vendidos ao patronato, todos os locais do I.N.T. das autoridades salazaristas, fazendo eleger em grandes assembleias direcções de homens e mulheres honrados e comprometidos do seu dever. Para conseguir isto, usamos termos como «nossas colas em dia e direitos sindicais, em todos as assembleias gerais votar, apresentar, conforme estabelecem os Estatutos, listas para a direcção e fazer junto dos outros trabalhadores a propaganda dessas listas. Uma direcção honrada à frente dum Sindicato pode servir em muito os nossos interesses. Não se deve apoiar sempre com acções de massas e não deixar os ficar desamparados perante o patronato e os dirigentes do I.N.T. Para isto, precisamos de uma legião de apoio às direcções honradas nos Sindicatos e vigiar o seu trabalho. Este é um outro passo muito importante.

O terceiro objectivo da direcção de lutar pela revisão dos Contratos Colectivos, da forma que os futuros contratos sejam dispendiosos em assembleias gerais, satisfacção no fundamental as aspirações da classe não sejam assinados com nosso próprio consentimento. Para isso é preciso que, através de grandes concentrações nos Sindicatos e patronato, as direcções do S.T. sejam capazes de estender todos firmemente unidos e dispostos a lutar por essas aspirações.

Como poderemos nós conseguir estas vitórias sindicais?

Por um forma muito simples: PELA NOSSA UNIDADE!

A nossa unidade de acção não sempre é fácil de alcançar nas condições que a fazemos no momento actual. Mas as forças capazes, nas fábricas, nas oficinas, nos bairros, nas ruas, de nos organizarmos para irmos no maior número possível ao nosso Sindicato, para nos reunirmos lá dentro da sede, ou em frente da sede, 100, 200, 500 ou 1.000 trabalhadores, nos teremos forçado a uma capaz de nos dar a vitória, de nos trazer a vitória das reacções, lermos construído a nossa unidade. Para venceremos os nossos inimigos, para forçarmos a recuar os patrões, os dirigentes do I.N.T. e os seus aliados.

Unidos, firmes na luta, vigiantes perante as manobras do inimigo, não poderemos fazer dos SINDICATOS armas decisivas para a luta estratégica por melhores salários e ordenados, por melhores condições de vida!

Os últimos números do «Avante» demonstram que os trabalhadores são as principais vítimas da política monopolista do governo.

Assim, a maioria dos grandes monopólios não se alimenta exclusivamente da mineração e da exploração das classes trabalhadoras — alimenta-se também da ruína das pequenas e médias unidades económicas dos pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes.

No esmagamento dos interesses dessas classes, no relacionamento das posições de controle dos monopólios sobre a economia nacional, o governo salazarista tem agido como instrumento dócil de classe da oligarquia financeira. O esmagamento dos sectores não monopolistas em benefício dos grandes senhores da banca, da indústria e da agricultura tornou-se lei e é abertamente preconizado pelos governos salazaristas.

O actual ministro da Economia tem-nos afirmado várias vezes a nas suas declarações públicas com aquela brutalidade crocheada pelos governos fascistas. Em Fevereiro, por exemplo, afirmou significativamente que não estava disposto a «colaborar num simulacro de reforma» económica que os governos salazaristas do governo aos industriais portugueses dizia que «dispero é o caminho para merecer o impermissível sobrio e o caminho para a ruína». Podem ou não o subterfugio restar.

Esta «classe de ferro» dos monopólios vociferou a cada passo as mais brutais ameaças contra as classes que não aceitam a canga monopolista.

Concentração industrial e liquidação da pequena empresa

A concentração industrial realiza-se sobre a liquidação mecânica das pequenas e médias empresas industriais.

A chamada «reorganização industrial» instituída por Salazar em 1945 e o «condicionamento industrial» outro não são senão a mesma coisa. A organização dos sectores economicamente fracos da indústria nacional em proveito dos monopólios. É significativo que o Plano de fomento consagre 2 milhões de contos para a construção de unidades de conservas, do têxtil, da cortiça, da metalurgia e metal-mecânica, do refinação de açúcar e do vidro, e ainda que se prevejam a «apropriação e indemnizações das instalações excessivas». Mas a concentração realiza-se abundantemente em todos os sectores industriais como a demonstram os sectores das indústrias de moagem, panificação, dos sabões, resinosos, etc.

A este objectivo visam, igualmente, a criação da Corporação da Indústria e todo a organização corporativa estruturada nas actividades industriais do país.

O ministro Ferreira Dias parte do princípio de que a «concentração industrial» não pode assegurar o progresso industrial do país para justificar, do ponto de vista de classe dos monopólios, a liquidação dos pequenos e médios industriais, pequenos e médios unidades industriais. O caso da indústria de moagem é ilustrativo.

Há cerca de 2 anos foram agrupadas numa única organização industrial várias pequenas moagens da província sob a designação de MOAGENS ASSOCIADAS. Pois assim, a maioria das moagens, a par do caso Portugal e Colónias, apossou-se do controle das «Moagens Associadas» e alargou assim os seus tentáculos na indústria moagem, para a sua própria expansão.

A liquidação das pequenas empresas eliminou 16 milhares de unidades.

Apenas em 5 anos, de 1953 a 1957, segundo os dados do I.N.T., foram fechados 26 estabelecimentos em 27 sectores da indústria transformadora abaixo de 25 centos de 1946, passando de 8.100 para 6.046, de 1946 a 1958 houve um aumento de 25 sectores desapareceram da produção 224 unidades e em 67 sectores, dum total de 7.041 estabelecimentos industriais, 827, ou seja, cerca de 12 em cada 100, permaneceram inactivos.

Mais de 70 em cada 100 destas百 unidades afectaram unidades empregando menos de 50 operários.

Assim, a concentração se passa em relação à indústria de conservas no Algarve, com a indústria em Chão, em poucos meses de 7 fábricas, com outras 7 na entrança da indústria de conservas, a concentração monopolista. Na indústria de panificação na região de Lisboa só a resistência dos pequenos industriais de panificação, a indústria de panificação e a sua passagem de indústria a simples empregados dos que se propõem monopolizar o fabrico e a venda do pão.

A monopolização da terra e a ruína dos camponeses

No capítulo da agricultura, a monopolização da terra faz-se num ritmo ainda mais elevado.

A pulverização da pequena propriedade rural e, por outro lado, a concentração da propriedade nas mãos de um reduzido número de grandes latifundiários, tem sido a política para a proletarianização e a indigência centenas de milhares de camponeses pobres e médios.

Num curto período de 13 anos, de 1938 a 1951 desapareceram por incorporação no outro parcos, mais de meio milhão de hectares rurais.

A hipoteca e os empréstimos leoninos concedidos pelos bancos e usurários são a causa incitadora da ruína camponesa. A hipoteca e o empréstimo que se realiza em alta taxa e concentração da propriedade rural. Apenas em 10 anos, de 1946 para 1956, as actuações por hipoteca e empréstimo chegaram a 175 mil a 600 contos por 285 mil a 300. A crescente penetração de capitais industriais na agricultura, agravando a ausência de meios para os camponeses, a ruína de grandes rendeiros capitalistas que acabaram igualmente as terras de muitos pequenos produtores.

Com o aumento do peso dos impostos, pela política de preços agrícolas do governo salazarista e outras formas, a área do latifúndio e da grande propriedade da agricultura tem vindo a aumentar de um extremo desigualdade na divisão da propriedade.

Segundo o «Inquérito às Explorações Agrícolas» os pequenos produtores de área inferior a 1 hectare, em número de 40 mil, ocupavam uma área total de apenas 177 mil hectares, enquanto que as grandes explorações de área superior a 500 hectares, com o número irrisório de 848, ocupavam mais de 1 milhão e 800 mil hectares! Quer dizer, 40 mil pequenas explorações ocupam apenas 177 mil hectares, enquanto a área total enquanto que as 848 grandes ocupavam cerca de 100 por cento da área de todas as explorações agrícolas.

Assim, os pequenos produtores de 29 mil hectares aproximadamente igual à que possuem os 50.400 proprietários dos camponeses da Valença do Minho, tendo, no entanto, 40 mil hectares e 100 mil hectares.

Num pequeno país como Portugal, tais dinâmicas da propriedade latifundiária são verdadeiramente chocantes.

Estes números dão inteiramente razão ao Partido Comunista quando aconselha os pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes a lutar contra o regime salazarista, a lavouram com ele um combate de vida ou de morte, a unir-se a todas as forças que se propõem derrotar o regime salazarista e a defender os interesses comuns de todos os camadas afectadas pela política criminoso de Salazar.

DISCURSO DE N. KRUTCHOV NO II CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA ROMÊNIA

Falando em nome da delegação do P.C.U.S. ao II Congresso do P.C. da Romênia, N. Krutchov deu alto apelo aos êxitos alcançados pelos povos da URSS no fortalecimento do poder popular no país.

Indicou que os êxitos económicos do socialismo robusteceram o poderio dos povos e, portanto, a possibilidade de elevar inflexivelmente o bem-estar do povo e resolver mais depressa a tarefa principal a construção da sociedade comunista.

Está próxima a hora histórica em que os povos de todo o mundo, depois de terem compreendido plenamente que o capitalismo está condenado e de se terem convencido da superioridade do novo regime social, escolherão o novo sistema, com a única vantagem e feliz de desenvolvimento da Humanidade.

Em seguida, N. Krutchov, referiu-se aos problemas das relações internacionais, aos problemas da guerra e da paz.

Os comunistas, afirmou, compreendem perfeitamente que nas condições actuais é impossível assegurar o equilíbrio das relações entre Estados. Referindo-se à Conferência dos chefes de governo em Paris, N. Krutchov disse: «O que ocorreu em Paris não é um êxito casual, é uma tática do imperialismo».

Os imperialistas, chefiados pelos círculos agressivos do E. Unidos, foram e continuam sendo adversários dos povos, a política imperialista específica entre os Estados. Isso faz perder a cabeça a alguns indivíduos que não hesitam em dar passos que deverão ser denunciados abertamente de provocadores.

N. Krutchov classificou de invenções absurdas e mentiras insistentes as afirmações de que os povos de espionagem de navios americanos são necessários para garantir a segurança dos Estados Unidos.

As informações sobre a localização de armazéns de foguetes potentes, tão significativas, mas não para um país que se preocupa com a sua defesa. Elas só podem ter significado para os países que tentam provocar a guerra. Sabemos que quando um arido irrompe no espaço de outro Estado sem licença, isso é um acto de agressão, uma provocação. E que meios existem de defesa? Abater os aviões e desfechar golpes sobre as cidades dos Estados agressivos.

Disse ainda N. Krutchov: Já está claro para toda a gente que os E. Unidos forçaram a Conferência de Genebra, tendo previamente construído para discutir nessa Conferência.

A delegação soviética, pelo contrário, não foi à Conferência com a mesma razão. Ela não trouxe propostas que não conseguia discutir, mas não por culpa dela.

Contra essa Conferência, tenha sido iniciada pelos círculos agressivos dos E. Unidos, nem por isso desapareceram os problemas internacionais candentes que requerem como antes a nossa atenção.

A fim de conseguirmos o estabelecimento de relações normais entre Estados e retirar a possibilidade de iniciar nova guerra, é necessário solucionar a questão do desarmamento universal, destruir os meios de fazer a guerra e dissolver as forças armadas, estabelecer o controle internacional correspondente. É necessário liquidar os restos da segunda guerra mundial, concluir o Tratado de não agressão entre os Estados e sobre essa base resolver o problema de Bertin ocidental.

A L. Soviética e os outros países europeus, seguindo os princípios já adotados, estão dispostos a enviar os seus representantes para assinar o tratado de desarmamento universal e assinar o Tratado de não agressão.

Temos exortado reiteradamente as potências ocidentais a manifestar boa vontade. O governo soviético tem tomado todas as medidas para as relações entre a União Soviética e os E. Unidos que começavam a normalizar-se, continuassem a desenvolver-se e que os Estados americanos não fizessem para que o mundo retroceda dos piores tempos da guerra fria.

Todos os povos anem a paz, incluído o povo americano, disso não tinha a mínima dúvida antes da minha viagem aos E. Unidos, disse N. Krutchov, convenci-me especialmente disso durante a minha estada lá.

«E se agora, devido ao malogro da Conferência, devido às mentiras, calúnias e à mobilização de todos os estorços para ativar a guerra fria há quem se deixe levar pelo embriaguez, isso é um fenómeno passageiro que cedo ou tarde dará lugar a uma situação sadia».

O que sucede é uma manifestação das convulsões da imperialismo. Os círculos agressivos continuarão provocando. Não tencionamos deixar nos arrastar a provocações e desviar-nos da linha geral da nossa política externa. Ela consiste na coexistência, no fortalecimento da paz, no alívio da tensão internacional e na liquidação da guerra fria.

A tese de que no nosso tempo a guerra não é inevitável, proclamada pelo XII Congresso do P.C.U.S., tem recebido a confirmação da existência da coexistência pacífica.

Agora cresce e fortalece-se a poderosa U.R.S.S. com o seu enorme potencial científico e económico. Cresce e robustece-se o grande campo socialista, o qual conta actualmente com mais de 1 bilhão de homens.

Agora existe o movimento da Paz e aumentam o número de Estados que se pronunciam pela Paz entre os povos. Também se pode observar que

o imperialismo não tem agora a retaguarda em forma de sistema colonial que tinha antes.

Tudo isso nos dá motivos para dizer com firmeza que nas condições actuais a guerra não é inevitável.

Aquele que não compreende isto, não crê nas forças e nas possibilidades criadoras da classe operária, sustenta o poderio do campo socialista, não confia na grande força de atracção do socialismo que demonstrou a sua evidência na nossa superioridade sobre o capitalismo.

Os imperialistas americanos e a sua política aventureira, disse ainda N.K., desprestigiaram-se tanto que eles se tornaram odiados não só pelos povos dos países socialistas como também pelos povos dos Estados aliados seus.

O sanguinário fanteche Singman Ree, enviado especial da Coreia do Sul, o ex-primeiro ministro da Turquia, executor obediente da vontade dos americanos está encarcerado, ali mesmo em Tiflida, ali se apunha pelos americanos, apesar do pedido de Chan-Kai-Shek, a embaixada americana foi assaltada.

Shibetsu muito bem que milhões de japoneses se pronunciaram com desprezo e ódio contra os ocupantes americanos.

N. Krutchov desejou ao povo japonês que ele consiga a anulação dos seus crimes e do movimento em direitos que lhe são impostos.

Nos, disse N. Krutchov, aplaudimos a luta corajosa do povo japonês e estendemo-lhe a nossa amizade.

O PARTIDO COMUNISTA DE ESPANHA REALIZOU O SEU VI CONGRESSO

Nos últimos dias de Janeiro passado realizou-se o VI Congresso do Partido Comunista de Espanha.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Congresso do Partido uma calorosa saudação na qual se salientava a fraternidade de interesses dos povos de Portugal e Espanha e a necessidade de estreitar ainda mais no futuro os laços de amizade e colaboração de luta entre os dois povos. Um de se curar o jugo dos dois Irenos fascistas que os escravizaram: Salazar e Franco.

Os materiais do Congresso, agora chegado ao fim, do ideal do comunismo e do interesse dos congressistas pelos problemas debelados.

O Congresso ouviu o informe do Comité Central apresentado pelo camarada SANTIAGO CARRILLO, Secretário geral do Partido, e um informe da camarada DOLORES IBARRURI, Presidente do Comité Central relativo ao 40º aniversário do Partido Comunista de Espanha. O camarada FERNANDO CLAUDIN apresentou um informe sobre as experiências introduzidas no Programa do Partido.

O informe do camarada SANTIAGO CARRILLO fez o balanço das ricas experiências da luta travada nos últimos anos pelos trabalhadores e povo da Espanha na defesa da ditadura franquista, estabeleceu o quadro da situação espanhola, e apontou as principais tarefas do povo espanhol e do Partido Comunista de Espanha.

O camarada CARRILLO dizia a certa altura do seu informe: «Hoje a tarefa mais urgente mobiliza as massas de cidadãos do campo da pequena burguesia e a urgência não monopolizada contra o Plano de Estabilização e as suas catastróficas consequências».

No seu discurso, por encerramento, no qual se aprovava o apelo unânime dos congressistas à linha traçada pelo Comité Central, o camarada CARRILLO disse, entre outras coisas, que «Para nós, comunistas, a questão mais urgente é criar um bloco de forças — partindo da unidade da classe operária e da aliança desta com os camponeses — para derrotar o regime de Franco e para por fim à ditadura franquista».

O camarada CARRILLO fez a certa altura do seu informe uma referência aos sentimentos entre os povos da Espanha. Disse ele: «Dez tribuna enviamos a nossa fraternal saudação aos heróicos camaradas do Partido Comunista Português e aos seus dirigentes. Nós sabemos muito bem que a luta que em muitos aspectos é comum. Desejamos-lhes muitos êxitos, a plena liberdade do seu país, e sobretudo (eli-

citamos) por haverem arrancado às mãos dos salazaristas um dirigente tão estimado por nós e por todo o movimento operário e comunista, como Alvaro Cunhal».

No seu informe sobre o 40º aniversário do Partido Comunista de Espanha, a camarada DOLORES IBARRURI referiu-se aos principais passos da história do Partido, ao desenvolvimento sem limites dos comunistas espanhóis ao seu povo e ao seu país, à sua heróica participação na guerra civil espanhola, e ao Partido Comunista de Espanha (P.C.E.) a alma da resistência do povo espanhol contra a rebelião franquista.

Em relação com este período sombrio da vida do povo espanhol de a camarada DOLORES: «Apesar do tempo transcorrido, e quando a guerra é já um feito histórico, o papel jogado pelo Partido Comunista na luta contra a sublevação franquista não pode ser menos estimado e valorizado pelo povo em toda a sua profundidade e transcendência».

Aludindo depois à acção do Partido durante do triunfo da ditadura fascista e à sua luta contra a ditadura franquista, a camarada DOLORES finalizou o seu informe dizendo: «Do triunfo desta política depende em não pequena parte o destino da Espanha e o futuro da democracia no nosso país».

O VI Congresso do heróico Partido Comunista de Espanha mostrou uma vez mais a sua insubornável ligação às massas do povo espanhol e a sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo.

MENSAGENS PARA OS OPERÁRIOS DOS ESTALEIROS DE VIANA DO CASTELO

MARGEM SUL — «Os Metalúrgicos da Margem Sul solidarizando-se com os operários de Viana do Castelo, enviam, através do «Avante!», fraternal saudações pela luta por aumento de salários, exortando-os a lutarem até alcançarem a vitória». Maio de 1960.

LISBOA — «Os operários metalúrgicos progressistas de Lisboa apolam internamente os seus camaradas de Viana do Castelo na sua luta pelo aumento de salários». Maio de 1960.

Saudação de Prestes

Recebemos do camarada Luís Carlos Prestes, a seguinte saudação que muito nos sensibilizou:

Ao Comité Central do Partido Comunista Português.

Queridos Camaradas:

Ao tomar conhecimento de que Alvaro Cunhal e outros camaradas do Partido Comunista Português alcançaram a liberdade e retomaram os seus postos de combate, após se evadirem da fortaleza de Peniche, onde estavam encarcerados pela ditadura salazarista, os comunistas do Brasil saudam o Partido Comunista Português e o bravo povo de Portugal.

É para nós motivo de gozo verificar que a luta pela instauração de um regime de liberdade e legalidade em Portugal atingiu já o elevado nível que permitiu, nas condições de terror e violência do actual regime fascista português, a evasão desses patriotas de uma das piores bastilhas salazaristas.

Saudando todas as forças anti-salazaristas, fazemos votos pela sua mais completa unidade e pela sua mais rápida solução do problema político português. Ao mesmo tempo reafirmamos a nossa disposição de prosseguir ao lado do movimento operário e democrático internacional no trabalho de solidariedade aos presos e perseguidos políticos da ditadura salazarista e pela sua imediata libertação.

Saudações comunistas

Luís Carlos Prestes

PORTUGAL ARRASTADO PARA UM PERIGOSO CAMINHO

(continuação de 5.ª pag.)

isto escrupulosamente cumpridas — a independência nacional e a paz e a restituição do território português. O Boletim Moniz, eulórico da sua visita aos seus compatriotas, falava há poucas dias de «pequenas facilidades» concedidas à Alemanha. Salazar e Franco reuniram-se em Mérida para coordenar planos belicistas comandados pelos americanos e estreitar os laços das duas ditaduras. As câmaras portuguesas de mobilização de guerra trabalham incessantemente para satisfazer fornecimentos à Alemanha.

Está é um brevíssimo apontamento de alguns acontecimentos de muito grave significado. Mais grave ainda aliado à natureza fascista do governo português e não nos esquecermos que também anda em marcha o plano de guerra de outro tipo de guerra: a guerra colonial.

A luta pela paz é hoje uma tarefa vital e urgente de todos. As forças mais responsáveis pela paz têm de lutar para impedir a guerra e a guerra colonial. São disso prova as provocações colonialistas e imperialistas no Congo e em Cuba, os ataques portugueses aos povos da guerra, a sabotagem da Conferência de Alto-Nível e agora da Comissão dos 10 para o desarmamento.

O povo português deu já belos exemplos de luta pela paz. No momento que vivemos, nacional e internacionalmente, o povo português tem sobejas razões para se levantar para levantar o novo a bandeira da paz.

Exijamos que sejam prestadas contas aos países e que se fale claro ao povo.

Reclamemos justiça do governo em política de neutralidade e, para isso, que as tropas e oficiais estrangeiros saiam do território português, que a Brigada se retire do NATO. Que as tropas portuguesas saiam de Goa e em Angola regressem imediatamente aos seus lares. Que a questão colonial seja resolvida por meio de negociações livres com os povos envolvidos.

Promovamos iniciativas de paz, desmarmemos os perigosos conluios de Salazar com os militaristas de Bonn e de Washington.

Cabe-nos, a todos, defender a nossa Pátria, uma hecatombe; defender a vida dos nossos filhos, defender o futuro dos nossos.